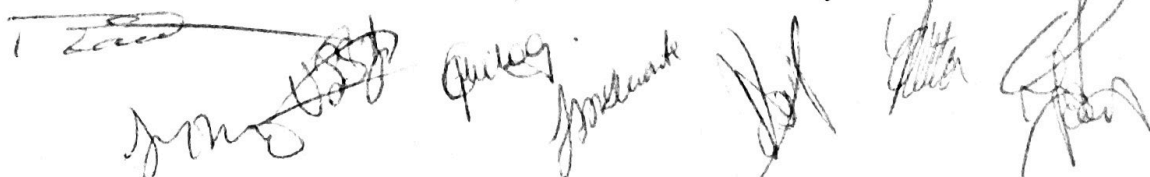


**ATA PARA LEVANTAMENTO DAS PENDÊNCIAS FINANCEIRAS E AMBIENTAIS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – CONRESOL, ENCONTRADAS SEM O DEVIDO CONHECIMENTO DOS ATUAIS GESTORES.**

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, às nove horas, reuniram-se na Câmara Municipal de Canaã, situada à Praça Arthur Bernardes, 82, Centro, Canaã/MG, o Prefeito Municipal de São Miguel do Anta/MG e Presidente do CONRESOL, Vicente Patrício de Souza Júnior, o Advogado Gabriel Dutra Teixeira, o Presidente da Câmara de São Miguel do Anta/MG, Ronaldo Pinto Fontes, o Secretário de Educação e ex Prefeito de São Miguel do Anta/MG, José Eugênio Paceli Lopes, o Prefeito Municipal de Canaã/MG e Vice Presidente do CONRESOL, José Ivanir Miranda Duarte, o Advogado Luís Cláudio Rodrigues Ferraz, o Presidente da Câmara de Canaã/MG, César Aguiar de Souza, o Contador José Miranda Duarte e a Contadora Erika Gomes Milagres para discussões e possíveis soluções das pendências financeiras e ambientais em nome do CONRESOL deixada pela gestão anterior. Foi apurada, até a presente data, uma dívida previdenciária de competência inicial de 01/2017 sem competência final, inscrita em Dívida Ativa no valor de 345.629,45 (trezentos e quarenta e cinco mil e seiscentos e vinte e nove reais e quarenta e cinco centavos), inscrição de número 17.230.839-9 e inscrição de número 17.230.840-2, dívida essa que já havia sido parcelada em 2020 pelo gestor anterior e paga apenas a primeira parcela no valor de R\$ 5.809,15 (cinco mil e oitocentos e nove reais e quinze centavos) no período de apuração de 31/12/2020, o parcelamento encontra-se como “parcelamento rescindido”. Isso porque não foi passada nenhuma informação do gestor anterior para o gestor atual, nem tão pouco houve uma transição para colocar a nova presidência a par de toda situação deplorável que o CONRESOL se encontra, mesmo tendo os municípios de Canaã e São Miguel do Anta terem cumprido os repasses feitos nos contratos de rateio que corresponde a 60% Canaã e 40% São Miguel do Anta. Foi apurado também dívidas/Multa ATR com notificação de lançamento de DCTF, sendo as seguintes notificações: 19131713070838/ 19741199014863/ 18730169563809/ 14822256943824, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) cada uma, totalizando R\$ 800,00 (oitocentos reais). Existe pendência de declaração de DCTF e GFIP nos anos de 2020 e 2021, o que poderá acarretar mais multas a serem enviadas. Estas informações foram obtidas diretamente pela Receita Federal do Brasil, conforme relatórios anexos. No entanto, além dos débitos junto a RFB, foi



apurado no portal da transparência do meio ambiente alguns débitos referente a Auto de Infração e multas. Auto de Infração 43420/2017 com multa no valor de R\$ 63.700,84 (sessenta e três mil e setecentos reais e oitenta e quatro centavos), tendo sido formalizado um processo de número 495853/18, sendo a descrição "multas administrativas por danos ambientais", ocasionando a suspensão das atividades e o embargo até que fosse regularizado junto à SUPRAM – Zona da Mata em Ubá. Auto de Infração 98367/2019 com multa no valor de R\$ 26.949,00 (vinte e seis mil e novecentos e quarenta e nove reais), tendo sido formalizado um processo de número 669000/19, descrição do processo "dívida ativa", descrição da receita da multa "multas e recursos FEAM", situação do débito "suspensão". Auto de Infração 269615/2021 com multa no valor de R\$ 5.916,00 (cinco mil e novecentos e dezesseis reais), sem número de processo até o momento, sendo a descrição da infração "por descumprir a determinação contida no auto de fiscalização 151045/2017", conforme relatórios anexos. Além dessas dívidas/pendências, tem alguns funcionários do período de 2017-2020 que entraram na justiça pleiteando seus direitos trabalhistas, podendo, no entanto, a dívida ser ainda bem maior. Em 14 de novembro de 2018 foi aprovada a Lei 771/2018 do município de Canaã autorizando a saída do município em questão do CONRESOL. E na mesma data foi editado um ofício (nº 118/2018) para o então presidente Wagner Damião, informando a aprovação da Lei e a saída do município. O ofício foi recebido no dia 28 de novembro. Diante de tal situação, foi lavrada esta ata e assinada por todos presentes, para que o setor jurídico dos municípios participantes adotem as medidas legais cabíveis para solucionar as pendências aqui tratadas.

*Luiz Carlos Melchior, José Eugênio P. L. B. S.*  
*Luiz Carlos Melchior, José Eugênio P. L. B. S.*  
*Vicente Satrio de Souza Júnior, José Maurício*  
*Teodoro Pinto Rauter*